

# Finanças & Controle

**UNACON**  
Sindical  
SINDICATO NACIONAL DOS  
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS  
DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação  
Nacional  
2022  
Edição XXX  
2º semestre/2022

## AGENDA

### RECOMPOSIÇÃO SALARIAL E REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA SERÃO PRIORIDADES DO UNACON EM 2023



#### TRANSIÇÃO

Unacon Sindical dialoga com o novo governo em busca da recomposição salarial

#### ACOLHIMENTO EMOCIONAL

Além de terapia individual, Respira 2022 ofereceu imersão culinária, massagem, palestras e aulas de yoga e meditação

#### PRECATÓRIOS

Trabalho pela revisão das emendas constitucionais 113 e 114 segue em 2023

### Diretoria Executiva Nacional

**Bráulio Cerqueira**  
Presidente

**Daniel Lara**  
Vice-Presidente

**Rudinei Marques**  
Secretário Executivo

**Arivaldo Sampaio**  
Diretor de Finanças

**Frederico Carlos Janz**  
Diretor de Assuntos Jurídicos

**Elaine Niehues Faustino**  
Diretora de Filiados

**Roberto Kodama**  
Diretor de Comunicação Social

### Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, José Dário Martins, Rossana Valéria Gonçalves. (Suplentes: Fani Leite da Silva, Laura Márcia de Souza Lima Safi.)

### Conselho de Ética Nacional

Adriano de Queiroz Almeida, Gilberto Pereira Lopes, Rogério Honorato Torres (Suplente: Cristovalto Alves Rocha)

### Delegados Sindicais do DF

**Controle Interno:** Corinto Silveira Santos – Zeles de Oliveira Flor – Valério Victorino – Roberta Guerra Holder Belfort Campos – José Marcos dos Santos – Cristiano Sampaio Brigido

**Finanças Públicas:** Manoel Messias de Jesus – Luiz Alberto Marques Vieira Filho – Jeová Quintino Filho – Josélia de Fatima Silva Santos – Júlio Domingues Zenckner Possas – Luciana de Almeida Toldo

**Suplente:** Rossini Albernaz Neto

### Delegados Sindicais nos Estados

Edilson Rodrigues Vidal – AC, Marcos Antônio Calixto – AL, Rafael de Oliveira Novo – AM, Adelson Vilhena Neves – AP, Filipe Leão Marques – BA, Antônio Edilberto Araújo Barreto – CE, Wander Freitas – ES, Jaci Fernandes Sobrinho – GO, Armando Gonçalves Mendes De Carvalho – MA, João Colaço dos Santos – MG, Gilberto Ricardi – MS, Leandro da Cruz Alves – MT, Rodrigo Bender Moreira – PA, Maria Esmeralda Rodrigues – PB, Abelardo Jorge Lessa Lopes – PE, Ducilene Vieira dos Santos – PI, Adalto Salvador – PR, Alcides Sales Coelho – RJ, Ana Maria Balthar Pinto Machado – RJ, Jonas Alves dos Reis – RN, Valério Jordão – RO, Celso Duarte de Sousa Junior – RR, Carlos Renato Correa Leite – RS, Mario Célio da Silva – SC, Luis Joacy Barreto de Matos – SE, Roberto Quintela Fortes – SP

### Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Textos: Nayara Young (9.397/DF) e

Juliana Martins (11.120/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Nayara Young e Juliana Martins

Tiragem: 2,6 mil exemplares

## SUMÁRIO

### 4. CGU EM FOCO

Unacon Sindical e Diretoria de Gestão Corporativa reforçam diálogo



4

### 5. STN EM FOCO

Transição de governo pauta reunião do Unacon Sindical com Secretário do Tesouro Nacional



5

### 6. 2º CDS/2022

Conselho de Delegados Sindicais ratifica prioridade da pauta salarial para 2023

### 7. EMENDAS 113 E 114

Trabalho pela revisão do subteto de pagamentos de precatórios segue em 2023



7

### 8. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Atuação do Unacon Sindical garantiu aperfeiçoamento do cálculo do benefício especial

### 9. TRABALHO REMOTO

Para especialistas, aperfeiçoamento do programa de gestão passa por mudança de cultura na Administração



8

### 10. PAUTA PRIORITÁRIA

Unacon Sindical busca diálogo com governo eleito para tratar da recomposição salarial



12

### 12. FONACATE

Agenda conjunta também terá foco na recomposição das perdas das carreiras de Estado

### 13. VITÓRIA

Servidores celebram engavetamento definitivo da reforma administrativa



14

### 14. ACOLHIMENTO EMOCIONAL

Respira 2022 amplia oferta de atividades



16

### 16. OPINIÃO

Eleições, Mudança de Governo e Relações de Trabalho no Serviço Público

### 18. UNACON CULTURAL

A Árvore dos meus sonhos



19

### 19. NOTAS



Confira, no site do Unacon Sindical, as notícias relacionadas à carreira de Finanças e Controle que foram publicadas na imprensa. <https://unacon.org.br/>



### O DIA



### CORREIO BRAZILIENSE

### JOTA

### congressoemfoco

### O GLOBO

### Valor ECONÔMICO

**O** ano de 2022 termina, juntamente com um governo em fim de mandato, sem a concessão de qualquer reposição salarial ao funcionalismo civil por 4 anos. Algo inédito desde a redemocratização do país.

Este também foi um ano de resistência e conquistas: da superação definitiva da PEC 32/2020, da reforma administrativa regressiva; da melhoria do cálculo do Benefício Especial na janela de migração deste ano para a Previdência Complementar; de recorde de pagamento de precatórios; de grandes assembleias da carreira de Finanças e Controle; de greve na STN e na CGU; de aumento do número de filiações; de ingresso e acolhimento de novos servidores na carreira e de luta pela nomeação de todos os aprovados no concurso; de nova edição do programa de acolhimento emocional do UNACON Sindical, o Respira; da volta dos eventos associativos presenciais.

Na passagem de ano com alternância de governo, apresentamos à equipe de transição a pauta prioritária da carreira de Finanças e Controle, desde a necessidade emergencial de reajuste, passando pela reestruturação da carreira com eliminação da discriminação remuneratória frente a outras carreiras de Estado, até novos concursos, exigência de nível superior para o ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle, e indenização de fronteira para a carreira.

Mas a agenda do UNACON Sindical em 2023 não para por aí. Tem campanha midiática permanente de valorização da carreira de Finanças e Controle, aperfeiçoamento do programa de gestão de demandas nos órgãos, luta pela reversão das práticas antissindicalistas dos últimos anos e, ainda, eleições no Sindicato.

Participe, mobilize, associe-se! Visite nosso site, acompanhe o UNACON Sindical nas redes e inscreva-se no Unacon Informa.

Um Feliz Natal com saúde, e um 2023 de prosperidade e esperança.

Boa leitura!

**Bráulio Cerqueira**  
*Presidente do Unacon Sindical*

## Unacon Sindical e Diretoria de Gestão Corporativa reforçam diálogo

Aperfeiçoamento do PGD, demandas dos servidores em estágio probatório e nova convocação dos aprovados no concurso também pautaram o encontro

O Unacon Sindical se reuniu com a Diretoria de Gestão Corporativa (DGC) da Controladoria-Geral da União (CGU) no dia 6 de dezembro. Em pauta, o aperfeiçoamento do Programa de Gestão de Demandas (PGD), questões levantadas pelos servidores em estágio probatório e nova convocação dos aprovados no último concurso. Bráulio Cerqueira, Rudinei Marques e Roberto Kodama representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) no encontro com a Diretora de Gestão Corporativa, Vivian Vivas, e com o Diretor de Governança, Walter Luis Araújo da Cunha. Convidado pela entidade, o Auditor Federal de Finanças e Controle Rafael José da Silva representou os novos servidores na reunião.

Em relação ao PGD, o presidente do Unacon Sindical pleiteou que o aperfeiçoamento do programa seja uma construção coletiva. "O PGD é um ganho para a instituição e uma conquista da carreira. Os ajustes necessários precisam ser discutidos com as diferentes áreas do órgão e, também, com os servidores e com o Sindicato", reiterou. No dia 18 de novembro, o Sindicato realizou um debate virtual sobre o tema. O webinar contou com a participação do cientista político e especialista em políticas públicas e gestão

governamental, Roberto Pojo, e do economista e técnico do IPEA, Pedro Miranda. (ver página 9).

"A constante melhora das nossas entregas à sociedade e a identidade do órgão constituem parâmetros a serem observados no aperfeiçoamento do PGD", pontuou Vivas. O diretor de Governança parabenizou o Sindicato pela realização do webinar. "Nós acompanhamos o debate aqui na CGU", informou.

O AFFC Rafael José da Silva entregou à DGC um documento com as demandas dos novos servidores. Entre elas, o desconforto com as regras diferenciadas do PGD para os servidores em estágio probatório, as amarras à mobilidade interna no órgão e os furtos em veículos no estacionamento externo da nova sede da CGU. Graças ao diálogo entre servidores e Administração, este último problema foi endereçado por meio da disponibilização de vagas no estacionamento do prédio e, também, no estacionamento da Imprensa Nacional, informou a DGC, que prossegue monitorando a situação.

O encontro também abordou nova convocação dos aprovados no concurso da CGU. O órgão está operando com 35% do pessoal. Isso representa um déficit de mais de três mil servidores. ●

### NOVOS SERVIDORES

No dia 13 de outubro, a DEN se reuniu com os novos servidores da CGU. Realizado na sede do Unacon Sindical, o encontro teve como objetivo ouvir as demandas dos colegas que tomaram posse no dia 4 de julho e apresentar as principais pautas da carreira para 2023. Entre elas, o reajuste salarial. "Sem dúvida, essa será a nossa principal demanda para o ano que vem. Com o esperado retorno da mesa de negociação, também vamos buscar a correção da assimetria com carreiras como a Receita, a aprovação do adicional de fronteira para os estados e, é claro, a recomposição das perdas inflacionárias", declarou Bráulio Cerqueira. A expectativa é que a carreira repita o êxito de campanhas salariais como a de 2012. "Para isso, precisamos de mobilização. Independente do governo eleito, precisamos de unidade, força e articulação pois a luta que teremos será grande", considerou Rudinei Marques. A reunião também pautou temas como Progressões, Programa de Gestão de Demandas e problemas no novo prédio da CGU.





## Transição de governo pauta reunião do Unacon Sindical com Secretário do Tesouro Nacional

Encontro teve como objetivo reiterar a pauta prioritária da carreira de Finanças e Controle e do serviço público e discutir as perspectivas da transição de governo

O Unacon Sindical se reuniu com Paulo Fontoura Valle, secretário do Tesouro Nacional (STN), no dia 3 de novembro. Bráulio Cerqueira e Rudinei Marques, presidente e secretário executivo do Sindicato, representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) na reunião que pautou, entre outros itens, a transição de governo. Luciana Toldo e Luiz Alberto Marques Vieira Filho, ambos delegados de Finanças Públicas; Paula Bicudo de Castro Magalhães, subsecretária de Assuntos Corporativos, e Lincoln Moreira Jorge Júnior, coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional, também participaram do encontro.

A reunião teve como objetivo reiterar a pauta prioritária da carreira de Finanças e Controle em meio à transição de governo. "O Unacon Sindical expôs, em Nota Pública, a importância de uma transição de governo republicana. Todos reconhecem que o orçamento do próximo ano está subdimensionado,

seja em relação às prioridades sociais do novo governo, seja em relação à necessidade de recomposição salarial dos servidores civis, incluindo a carreira de Finanças e Controle. A centralidade do Tesouro na transição não poderia ser maior", pontuou Cerqueira.

A equipe técnica do Tesouro, por sua vez, informou trabalhar na produção de documentos e informações para a transição. Para Valle, "estamos em uma situação nova, diferente e desafiadora". O secretário se disse atento à pauta prioritária apresentada pelo Sindicato que prevê, entre outros itens, recomposição salarial emergencial, reestruturação da carreira, restauração da mesa de negociação e realização de concursos.

Sobre este último ponto, tema re-

corrente de conversas entre o Unacon Sindical e a Administração, a STN recentemente ampliou o quantitativo de vagas solicitado ao órgão central de recursos humanos, mas ainda não obteve resposta.

### PROGRAMA DE GESTÃO

O encontro também abordou relações de trabalho no pós-pandemia, em especial o Programa de Gestão (PDG). O Sindicato convidou a equipe técnica para acompanhar debate virtual sobre o tema, realizado no dia 18 de novembro. "O evento pode contribuir para o aperfeiçoamento das diretrizes do Programa na STN", concluiu Cerqueira (leia mais sobre a videoconferência na página 9). ●

### NOTA PÚBLICA

Por meio de nota, o Unacon Sindical se colocou à disposição para contribuir com a transição de governo. "A soberania popular escolheu trocar de governo. Uma transição republicana é importante para que a nova agenda de prioridades comece a ganhar contornos práticos, sem tempo a perder como requerem as circunstâncias", reza trecho do documento. O Sindicato também subscreveu documento do Fórum Nacional de Carreiras de Estado (Fonacate), reafirmando confiança no sistema eleitoral e se colocando à disposição da equipe de transição.

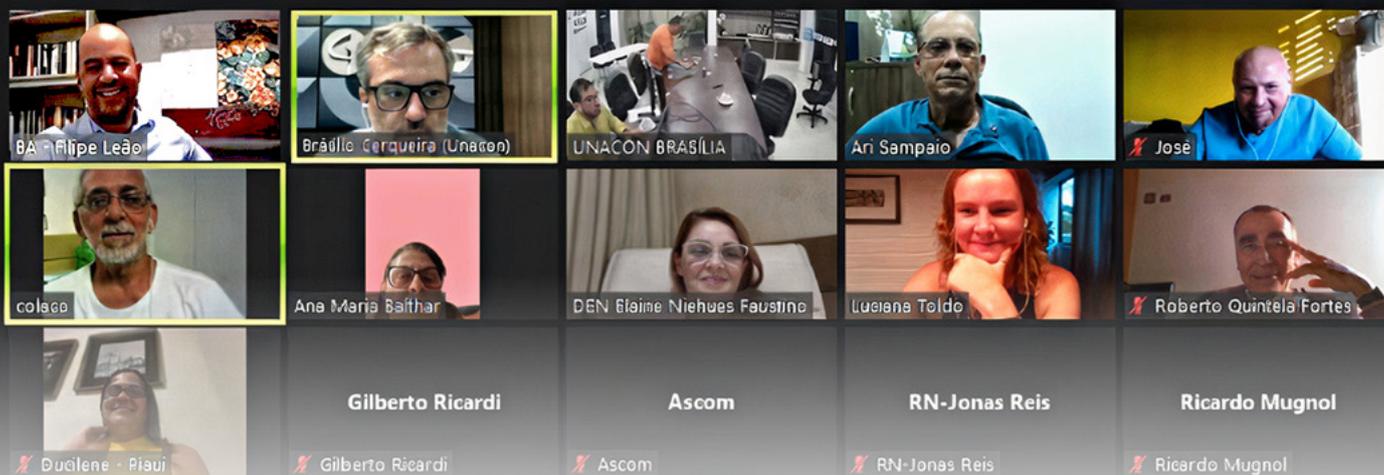
Acesse as notas no site do Sindicato <https://unacon.org.br/>, ou nos QR codes abaixo:

■ Unacon Sindical se coloca à disposição para contribuir com a transição de governo



■ Unacon Sindical e Fonacate reafirmam confiança no sistema eleitoral e se colocam à disposição da equipe de transição





## Conselho de Delegados Sindicais ratifica prioridade da pauta salarial para 2023

Reunião foi realizada de forma remota nos dias 17 e 18 de novembro

O Conselho de Delegados Sindicais (CDS) do Unacon Sindical realizou, nos dias 17 e 18 de novembro, sua segunda reunião anual ordinária. O colegiado, que promoveu as deliberações de forma remota, ratificou a prioridade de atuação pela recomposição salarial em 2023.

O debate começou com uma análise do cenário político e econômico. Trazendo subsídios para a discussão, o delegado de Finanças Públicas Luiz Alberto Marques Vieira Filho apresentou números gerais da economia e destacou a subestimação pelo governo atual das despesas para 2023, evidenciando a necessidade de remodelação completa do

orçamento (objeto da PEC de Transição) e de revogação/alteração do Teto de Gastos no próximo governo. “A regra fiscal que engessa a Administração Pública não foi cumprida em nenhum ano pela equipe econômica atual, nem mesmo às vésperas das eleições. Sua inviabilidade e obsolescência são evidentes. A recuperação do desenvolvimento exige outro arranjo fiscal”, concluiu.

Os delegados sindicais passaram à análise das projeções do impacto financeiro, apresentadas pelo presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, de uma recomposição linear para todas as carreiras do Executivo em 2023 e, mais especificamente, de cenários de reestru-

turação da carreira de Finanças e Controle. Esses cálculos, conforme informou, foram entregues ao relator do Orçamento, o senador Marcelo Castro (MDB-PI), em reunião realizada no dia 8 de novembro (ver página 11), e apresentados à equipe de transição do governo eleito.

Também foi demonstrada a perda do poder de compra da carreira de Finanças e Controle. Sem reajuste desde janeiro de 2019, os servidores já acumulam uma corrosão de aproximadamente 30%. Por isso, conforme ponderaram os representantes, a negociação do reajuste linear seria uma medida emergencial para reduzir o impacto das perdas. Mas a pauta segue além da recomposição, prevendo a reestruturação da carreira, com exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC), e alinhamento remuneratório com carreiras correlatas do Executivo Federal. Estas constituem, juntamente com o aproveitamento do cadastro reserva da CGU, o novo concurso na STN e a indenização de fronteira para a carreira, as prioridades para 2023. ●

### RESUMO DA ATUAÇÃO

Seguindo a pauta da reunião, o presidente Bráulio Cerqueira apresentou o balanço do Plano Anual de Atividades, com destaque para o pagamento do acordo celebrado no âmbito da ação judicial coletiva dos 28,86%, o aumento no número da base de filiados registrado de janeiro a novembro deste ano e o trabalho que resultou no aperfeiçoamento da regra de cálculo do Benefício Especial para os servidores que optarem pela migração para o Regime de Previdência Complementar.

O presidente do CDS, Filipe Leão, delegado sindical da Bahia, agradeceu aos membros da Dire-

toria pelo empenho para melhoria da regra. “Foi importante para que a decisão de migrar se tornasse mais segura e, também, mais vantajosa, uma vez que os valores do Benefício Especial aumentaram; se valerá ou não a pena, dependerá do caso específico, mas, sem dúvida, avançamos graças ao empenho dos sindicatos e do Unacon Sindical”, afirmou.

Os dirigentes celebraram, ainda, a vitória definitiva dos servidores sobre a reforma administrativa nos termos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 de 2020, diante da sinalização do governo eleito de que não deve levar a matéria adiante.

### AVANÇO

O último dia do 2º CDS foi marcado pelo encaminhamento da proposta de reforma estatutária que visa a simplificação da gestão das unidades regionais do Sindicato. O texto será submetido à apreciação da carreira, em assembleia.

Antes de encerrar os trabalhos, o colegiado deliberou pela realização de uma pesquisa ampla para diagnosticar o perfil das carreiras de Controle Interno nos três âmbitos da Federação.

A próxima reunião do Conselho deverá ocorrer no primeiro semestre de 2023.

### TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Além das demandas da carreira, os dirigentes debateram as mudanças que devem ocorrer na cúpula dos órgãos supervisores. Para a CGU, os delegados sindicais deliberaram a divulgação de critérios a serem observados na indicação do chefe do órgão. O documento foi divulgado, em carta aberta ao governo eleito. Confira a íntegra no QR code abaixo.





## Trabalho pela revisão do subteto de pagamentos de precatórios segue em 2023

Após a maior execução judicial da história da carreira de Finanças e Controle, atuação se concentra na viabilização de pagamentos futuros. Pauta foi levada à equipe de transição

O ano de 2022 entrou para a história do Unacon Sindical com a maior execução judicial da carreira de Finanças e Controle. Com esforço da área jurídica, 575 precatórios oriundos da ação coletiva dos 28,86% foram pagos no exercício. Para além da comemoração do feito, o Sindicato já atua pela revisão das Emendas Constitucionais 113 e 114, que estabelecem um subteto para pagamentos das dívidas judiciais e podem impedir a quitação de títulos inscritos para 2023.

As ECs, conhecidas como Novo Regime Fiscal, criaram, além da limitação, uma ordem de prioridade – articulada pelo Unacon Sindical quando da tramitação das matérias no Senado Federal – que garantiu a quitação de todos os precatórios de natureza alimentar inscritos para 2022. No entanto, com a postergação de outros pagamentos não comportados no subteto, o cenário para o próximo ano é de incertezas.

Visando garantir a efetividade das decisões judiciais e, assim, defender os direitos de seus filiados, o Unacon Sindical levou a pauta à reunião com a equipe de transição, no dia 29 de novembro. “A regra fiscal está fomentando, a nosso ver, o não cumprimento tempestivo de compromisso originalmente assumido pelo governo”, destaca trecho do documento, subscrito também por outras entidades afiliadas ao Fonacate e entregue ao ex-ministro Aloizio Mercadante.

Além de ressaltar a necessidade de revisão urgente do subteto, o documento apresenta uma série de subsídios a serem analisados pelas áreas competentes do novo governo, para que se tenha um panorama mais claro da situação desenhada até 2026, prazo atual de vigência das ECs 113 e 114.

Paralelamente à articulação junto à equipe de transição, o Unacon Sindical busca a declaração de inconstitucionalidade da Emenda no Supremo Tribunal Federal, onde atua como *amicus curiae* na ADI 7.064. A ação aponta vícios formais e materiais nos atos normativos que afrontam o Estado Democrático de Direito, o princípio da separação dos Poderes, a efetividade da tutela jurisdicional e a segurança jurídica.

Essa pauta será uma das prioridades de trabalho do Sindicato, tendo em vista a quitação dos precatórios inscritos para pagamento em 2023 e as novas homologações que deverão ocorrer até abril para pagamento em 2024. ●



# Atuação do Unacon Sindical garantiu aperfeiçoamento do cálculo do benefício especial

Prazo para migração voluntária, instituído pela Medida Provisória 1.119/2022, encerrou no dia 30 de novembro

Os servidores que optaram pela migração para o Regime de Previdência Complementar (RPC), na janela encerrada no dia 30 de novembro, foram diretamente beneficiados pela atuação do Unacon Sindical. Ao lado de outras entidades representativas do serviço público, o Sindicato garantiu, durante a tramitação da Medida Provisória 1.119/2022, sancionada nos termos da Lei 14.463, o aperfeiçoamento da regra de cálculo do Benefício Especial, que majorou os valores a serem pagos aos servidores.

Editada pelo governo, a MP previa o cômputo de todas as contribuições previdenciárias feitas desde julho de 1994 ou data posterior, conforme o caso, para fins de cálculo do Benefício. Mas, diante dos prejuízos que a regra poderia representar aos servidores, as entidades trabalharam no Congresso Nacional pela melhoria do cálculo.

A demanda foi levada, com o apoio da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), à reunião com o líder do governo na Câmara dos Deputados e relator da matéria, deputado Ricardo Barros (PP-PR), no dia 31 de agosto.

Em contrapartida à previsão inicial, as entidades sugeriram que apenas as 80% maiores contribuições realizadas pelo servidor durante a

vida laboral fossem consideradas no cômputo do Benefício Especial, e, que o tempo total de contribuição fosse reduzido de 520 (40 anos), independente do sexo, para 455 (35 anos), se homem, e 390 (30 anos), se mulher. Todas as sugestões foram acolhidas pelo relator e aprovadas em sessão no Plenário da Câmara.

Faltava a tramitação pelo Senado Federal. Mas atentas ao prazo de validade da MP, as entidades buscaram também interlocução com o governo. No dia 28 de setembro, em reunião com o advogado-geral da União substituto e secretário-geral de consultoria, Adler Anaximandro de Cruz e Alves, o Unacon Sindical e demais representações confirmaram o apoio à redação aprovada pelos deputados.

Na ocasião, Adler afirmou não haver divergência quanto ao mérito, mas destacou a necessidade de "ajuste de redação para que ficasse claro que aqueles servidores que optassem pelo RPC enquanto vigente o texto originário da MP 1.119/2022 seriam também beneficiados pela mudança na forma de cálculo aprovada, caso aprovada".

O trabalho de articulação seguiu, com atenção a este ponto, no Senado Federal. A Medida Provisória foi sancionada, com as mudanças sugeridas pelas entidades, no dia 7 de novembro.

## NATUREZA JURÍDICA

Após a sanção da Lei, a natureza jurídica do benefício especial foi objeto de julgamento no Tribunal de Contas da União, no dia 30 de novembro. A representação questionava a incidência de contribuição previdenciária sobre a verba. Representando o Unacon Sindical, o escritório Torreão Braz Advogados fez a sustentação oral em que ressaltou a natureza sinalagmática - fruto de comum acordo entre as partes de um contrato - do benefício, afastando, assim, a possibilidade de cobranças de caráter previdenciário.

A tese foi acatada pelos ministros, que decidiram também que a verba será limitada apenas pelo teto constitucional, não estando condicionada à última remuneração do servidor beneficiado e nem sujeita à limitação constitucional das pensões. ●

## CONSULTORIA

O Sindicato ofereceu consultoria especializada e gratuita para os servidores que tinham interesse em migrar para o RPC. No atendimento, os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle puderam simular os proventos, em diferentes cenários, com ou sem a migração, com ou sem a adesão ao Funpresp, e também calcular os valores do benefício especial.



## Para especialistas, aperfeiçoamento do programa de gestão passa por mudança de cultura na Administração

Videokonferência contou com a participação do EPPGG Roberto Pojo e do técnico do IPEA Pedro Miranda

Visando ampliar o debate sobre caminhos para o aprimoramento e os desafios dos programas de gestão de demandas na Administração Federal, o Unacon Sindical promoveu, no dia 18 de novembro, webinar com a participação do cientista político e especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG), Roberto Pojo, e do economista e técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Pedro Miranda. A atividade fez parte da programação da segunda reunião de 2022 do Conselho de Delegados Sindicais (CDS).

Para os especialistas, a primeira barreira para o aprimoramento das sistemáticas é a quebra de paradigma sobre o papel e as responsabilidades do servidor. “O teletrabalho surge quase que como uma premiação ao servidor e, com essa visão, as regras iniciais colocavam um conjunto muito consistente de contrapartidas, além da limitação do uso do teletrabalho. Se tinha uma ideia totalmente distorcida do servidor em teletrabalho”, contextualizou Roberto Pojo, ao relembrar a implementação repentina em face da

pandemia de Covid-19.

O EPPGG destacou, ainda, as potencialidades do programa de gestão como ferramenta de melhoria das entregas das instituições e defendeu a aferição do desempenho a partir desse olhar mais amplo. “O foco do desempenho tem que estar na entrega da unidade, uma vez que o trabalho de um servidor isolado não resulta, necessariamente, em uma entrega para a sociedade. Cada unidade precisa olhar para suas entregas, fazer o planejamento dessas entregas e desdobrar isso nos planos de trabalho dos servidores. Tudo isso tem que estar alinhado ao planejamento estratégico do órgão.”

Pedro Miranda compartilhou a experiência de implementação no IPEA, que hoje tem adesão de 70% dos servidores aptos. Sobre os desafios, pontuou a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de avaliação e a garantia da infraestrutura para o teletrabalho, principalmente no que tange à segurança da informação.

O presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, destacou que o fim das restrições sanitárias absolutas

abriu espaço para a criação de sistemas híbridos e trouxe questionamentos sobre flexibilidade e isonomia. “Precisamos estabelecer um diálogo contínuo com a Administração para que os arranjos sejam satisfatórios para a instituição e, também, para o servidor”, considerou.

A flexibilização do modelo de trabalho (remoto ou presencial) de acordo com a realidade de cada unidade foi defendida pelos especialistas. O que, conforme ponderaram, não deve influenciar as entregas.

A avaliação do presidente do CDS, Filipe Leão, seguiu na mesma linha. “Muitas vezes, enrijecer para um único modelo não garante a entrega de serviços de qualidade para a população. Precisamos aperfeiçoar esse modelo, que se consolidou, com erros e acertos, na pandemia. O debate não termina aqui, vai perdurar, pois os desafios estão colocados.” ●

Assista à íntegra do debate no link <https://youtu.be/rYsIOWpIpPo>, ou no QR code abaixo:





## Unacon Sindical busca diálogo com governo eleito para tratar da recomposição salarial

Trabalho de interlocução com Congresso Nacional também foi iniciado

O ano de 2023 começa com o subsídio da carreira de Finanças e Controle no menor patamar dos últimos 14 anos. Com 30% de perdas inflacionárias acumuladas desde o último reajuste, negociado em 2015, os servidores protagonizaram, em 2022, uma contundente campanha salarial que culminou na decretação de greve no Tesouro Nacional e na Controladoria-Geral da União, suspensa após o fim do prazo legal para concessão de reajuste antes do período eleitoral. Agora, com o novo governo eleito, o Unacon Sindical busca estabelecer diálogo para abertura de negociação salarial.

O trabalho começou ainda durante o período eleitoral. No dia 13 de julho, o Sindicato participou do Encontro com Presidenciais, promovido pelo Fórum

Nacional de Carreiras de Estado (Fonacate), em que o coordenador dos grupos temáticos da transição e ex-ministro Casa Civil, Aloizio Mercadante, aderiu, em nome da então chapa Lula- Alckmin, à Carta de Princípios das entidades representativas das carreiras de Estado. O documento, que elenca uma série de compromissos com medidas que visam a retomada do desenvolvimento sustentável e inclusivo do país, prevê "a correção do poder aquisitivo dos servidores públicos, com observância do inciso X do art.37 da Constituição Federal".

O pleito foi reforçado em reunião com a equipe de transição do governo eleito, no dia 29 de novembro, em Brasília. Além de Aloizio Mercadante, participaram os também coordenadores Jorge Messias, procurador da

Fazenda Nacional, e Clemente Ganz Lúcio, ex-assessor do DIEESE.

"Nós temos plena consciência da desestruturação generalizada do Estado e das políticas públicas, das filas do INSS e do Bolsa Família à falta de imunizantes no SUS ou à iminente interrupção de emissão de passaportes. As perdas de 30% a 40% da remuneração dos servidores, as práticas antissindiciais no serviço público e o assédio institucional compõem esse quadro de desestruturação e precisam começar a ser revertidas imediatamente. A recomposição emergencial de salários é necessária e factível, e a PEC da Transição juntamente com o anúncio da recriação das mesas de negociação entre governo e sindicatos estão na direção certa", ponderou o



presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira.

No encontro, que contou com presença de outras entidades afiliadas ao Fonacate, o ex-ministro da Casa Civil reiterou a disposição para o diálogo e garantiu a volta da mesa de negociação permanente. Ele também abriu espaço para discussão das pautas específicas de cada carreira e convidou todos a pensarem juntos em uma cultura de valorização do servidor.

Antes de encerrar, as entidades entregaram um ofício com a síntese das principais demandas das carreiras de Estado, como a revogação de normativos que limitam a liberdade de expressão e a participação de servidores em atividades sindicais e associativas, bem como a urgência da recomposição das remunerações e da força de trabalho em diversas áreas.

### NO CONGRESSO NACIONAL

O trabalho pela recomposição salarial está em curso também no Legislativo. No dia 8 de novembro, o presidente, Bráulio Cerqueira, e a diretora de Filiados, Elaine Faustino, que representavam o Fórum Nacional de Carreiras de Estado (Fonacate) na oportunidade, reforçaram a necessidade de recomposição emergencial para o funcionalismo público federal em reunião com o relator do Orçamento 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

O senador Marcelo Castro iniciou a conversa reafirmando o que vem defendendo publicamente. “Eu sei

que há servidores com mais de 30% de perdas acumuladas nos últimos anos. Já temos uma proposta formal do Judiciário de 18% em dois anos, sendo 9% escalonados ano que vem. É isso o que defendo para servidores de todos os Poderes, isonomia entre Judiciário, Legislativo e Executivo”, pontuou.

Bráulio Cerqueira destacou não só a necessidade mas a viabilidade da recomposição emergencial em 2023. “Agradecemos o compromisso do senador Marcelo Castro, relator do Orçamento, com a defesa da recomposição salarial dos servidores civis em 2023. Nós sabemos que o Projeto de Lei do reajuste é prerrogativa de cada Poder, no nosso caso do Executivo, do novo presidente da República, mas a peça orçamentária pode facilitar a decisão. E olhar de forma isonômica para o funcionalismo também é bem-vindo. Entendemos a extensão da proposta do Judiciário para o conjunto dos Poderes como um piso para futuras negociações, um ponto de partida perfeitamente factível”, ponderou o presidente do Unacon Sindical.

Elaine Faustino lembrou que os servidores civis estão há, pelo menos, três anos sem recomposição e acrescentou que o cenário de corrosão remuneratória, além da inflação acumulada no período, foi agravado pelas consecutivas medidas de arrocho impostas aos servidores no período. Exemplo disso foi a

Emenda Constitucional (EC) 103, da reforma Previdenciária, que, na prática, reduziu os salários.

No encerramento da reunião, que contou também com a presença do Instituto Mosap e da Anfip, o Unacon Sindical entregou ao senador a pauta específica da carreira de Finanças e Controle, que prevê, além da recomposição remuneratória emergencial, aproveitamento do cadastro de reserva do concurso da Controladoria-Geral da União, novo concurso para a Secretaria do Tesouro Nacional, exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle, indenização de fronteira, entre outros. ●



Olhar de forma isonômica para o funcionalismo também é bem-vindo. Entendemos a extensão da proposta do Judiciário para o conjunto dos Poderes como um piso para futuras negociações”

**Bráulio Cerqueira**  
Presidente do Unacon Sindical



## Agenda conjunta também terá foco na recomposição das perdas das carreiras de Estado

Na última assembleia ordinária do ano, entidades afiliadas ao Fórum debateram perspectivas para 2023

No centro das discussões da última assembleia geral ordinária do Fórum Nacional de Carreiras de Estado (Fonacate) de 2022, o balanço das ações desenvolvidas nas diferentes instâncias pelo Fórum neste ano e o debate sobre a conjuntura política e as perspectivas para a atuação das entidades em 2023. A reunião, realizada em Brasília, no dia 23 de novembro, contou com a participação do Unacon Sindical.

O presidente do Fonacate e secretário executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques, elencou alguns dos enfrentamentos que marcaram a agenda do funcionalismo em 2022. Destaque para a manutenção das mobilizações contra o desmonte do Estado, em pauta na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 – reforma administrativa. Dos diálogos com os congressistas às produções técnicas, Marques ressaltou o papel decisivo do Fórum para frear a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

Atores importantes nos embates travados no âmbito dos três Poderes foram citados, dentre eles o deputa-

do federal Professor Israel Batista (PSB-DF), que abriu as portas do Parlamento para as representações dos servidores públicos e liderou iniciativas também em outras esferas, como no Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil).

As tratativas com a equipe de transição do governo federal também estiveram em discussão na assembleia. A presença de membros das carreiras de Estado na equipe traz boas perspectivas para a continuidade dos diálogos pelo fortalecimento do serviço público, que começaram ainda à época da corrida eleitoral, quando o Fonacate promoveu a série de encontros com os presidenciáveis. A retomada da interlocução entre governo e servidores, após um longo período, é vista como um ponto positivo, todavia, a avaliação das afiliadas é de que a conjuntura não sugere facilidades para o estabelecimento de uma agenda positiva, principalmente no que se refere às demandas de aspecto remuneratório.



É preciso estar claro que as carreiras de Estado têm um papel fundamental para a retomada dos direitos, retirados ou restringidos por reformas nos últimos anos”

**Bráulio Cerqueira**  
Presidente do Unacon Sindical

“Temos a possibilidade de voltar a ter um governo que dialoga com os servidores e com o Congresso. Temos desafios, claro. Aliás, do ponto de vista social, é preciso estar claro que as carreiras de Estado têm um papel fundamental para a retomada dos direitos, retirados ou restringidos por reformas nos últimos anos. Há, ainda, na pauta corporativa, a necessidade de reajuste emergencial das remunerações, e precisaremos debater a heterogeneidade no serviço público”, afirmou o presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira. ●

# Servidores celebram engavetamento definitivo da reforma administrativa

Governo eleito assumiu publicamente o compromisso de arquivar a matéria em trâmite no Congresso Nacional

Chega ao fim a luta contra a reforma administrativa, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020. Depois de dois anos de intensa mobilização, que movimentou as ruas, o Congresso Nacional e gerou grande repercussão na imprensa, os servidores públicos federais comemoram o compromisso assumido publicamente pelo governo eleito de engavetar definitivamente a matéria.

“Temos muito a celebrar com o engavetamento da PEC 32/2020, que propunha o desmonte do Estado brasileiro, a flexibilização da estabilidade dos servidores e abria as portas para a corrupção. Sabemos que há um indicativo de uma nova proposta de reforma e estamos à disposição para debater, verdadeiramente, o aperfeiçoamento da máquina pública”, afirma o presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira.

O secretário executivo do Sindicato, Rudinei Marques, destaca que a derrota definitiva da matéria também é um marco na disputa de narrativas. “Na União, os últimos quatro anos foram de ataques reiterados e desprestígio ao funcionalismo, como ficou mais evidente nas áreas do meio ambiente, da pesquisa, das relações internas e de proteção aos povos originários. Nos outros entes federados, o quadro não é muito diferente, pois a regra são baixos salários, ingerência política e crescente terceirização, o que é preocupante quando se tem o objetivo de prestar bons serviços à população”, pontuou, em entrevista ao Portal Central dos Concursos.

## HISTÓRICO

A PEC 32 foi enviada ao Congresso Nacional pela equipe econômica, coordenada pelo ministro Paulo Guedes, em setembro de 2020. Com o apoio do então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a base governista buscou impor uma tramitação açodada, sem espaço para diálogo, mas enfrentou forte resistência do funcionalismo, representado pelas entidades de classe e pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil).

O Unacon Sindical foi decisivo nesse enfrentamento e mobilizou servidores em todo o país em defesa do serviço público. Foram dezenas de atos públicos, centenas de entrevistas à imprensa e participações em audiências públicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão Especial da Casa, em que se buscou combater falácias e alertar sobre o desmonte pretendido e os impactos das mudanças trazidas no texto para a população em geral.

A pressão aumentou quando deputados da Servir Brasil levaram ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal um pedido de divulgação dos dados que embasaram a PEC. Ficou claro, diante da inércia da equipe econômica, que depois foi acionada também pelo Tribunal de Contas da União, que não havia sustentação técnica para a proposta. Sem argumentos e diante da intensa mobilização, os parlamen-

tares pró-reforma se intimidaram e a tramitação da matéria — que naquela altura era defendida pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), que substituiu Maia na Presidência da Câmara — foi paralisada. Assim permaneceu por todo ano de 2022.

No entanto, representantes do governo e lideranças do Congresso Nacional mantiveram a matéria na pauta de prioridades. À imprensa, falavam da possível retomada da tramitação após as Eleições Gerais. As entidades do Fórum Nacional de Carreiras de Estado (Fonacate) deliberaram a instalação de assembleia permanente contra a PEC 32/2020, em outubro, com o objetivo de garantir uma reação rápida, caso o texto fosse retomado.

## SUBSÍDIO TÉCNICO

O enfrentamento à reforma administrativa foi marcado também pela grande quantidade de subsídios técnicos gerados pelo Fonacate. Foram lançados dois livros e 40 edições da série de estudos “Cadernos da Reforma Administrativa”. As publicações, que agora servirão de base na busca de diálogo com o novo governo, abordam temas como a qualidade, o custo e o tamanho da Máquina Pública. ●

■ Acesse a coletânea no site [fonacate.org.br](https://fonacate.org.br).



# Respira 2022 amplia oferta de atividades

Além de terapia individual, programa ofereceu imersão culinária, massagem, palestras e aulas de yoga e meditação

A segunda edição do programa de acolhimento emocional do Unacon Sindical, o Respira 2022, apresentou novas ferramentas de autoconhecimento para a carreira de Finanças e Controle. Além de terapia individual, o projeto ofereceu imersão culinária, massagem, palestras e aulas de yoga e meditação.

Oficialmente lançado em setembro, mês dedicado à campanha "Setembro Amarelo", de conscientização e prevenção ao suicídio, o projeto se estendeu até outubro, mês de comemoração do Dia do Servidor Público. A intenção foi trazer luz para o tema saúde mental dentro do ambiente de trabalho.

Oferecer suporte para auxiliar na superação e na prevenção de problemas psicológicos e transtornos mentais, como ansiedade e depressão, que tiveram significativo aumento de casos durante a pandemia de Covid-19, foi o objetivo central da segunda edição do projeto.

O Respira 2022 contemplou mais de 65 servidores (ativos e aposentados) e

pensionistas de todo o país: o triplo de participantes do Respira em 2021. Em 2023, o projeto seguirá com atividades presenciais e virtuais para toda a carreira, com novidades, prêmios e bônus especiais para os filiados.

Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, celebra a adesão dos servidores ao projeto. "Esperamos que os participantes do Respira 2022 tenham encontrado acolhimento, transformação e felicidade. Nosso desejo é que todos possam incorporar, no dia a dia, as diferentes ferramentas de autoconhecimento apresentadas. Esse projeto foi concebido pelo Sindicato com muita dedicação



## O PROGRAMA



### CULINÁRIA SENSITIVA

Realizado no Paraíso na Terra, no dia 26 de outubro, o Workshop de Culinária Sensitiva foi aberto para os servidores do Distrito Federal. A programação também contemplou banho de cachoeira, almoço vegetariano e visita ao Templo. Hellen Pacheco conduziu os participantes na imersão que teve energização de cristais, dança, meditação, canto e o preparo coletivo de um bolo sem glúten e sem açúcar, compartilhado ao final do evento. Todos os participantes ganharam um kit com uma caneca do Respira, um sachê de chá e o blend de especiarias "pitadas de cura".



### RESPIRA EM AÇÃO

O Sindicato promoveu dois ciclos de palestras virtuais nos dias 26 de setembro e 11 de outubro, com os profissionais do projeto. As lives foram abertas para servidores de todo o país.



### TERAPIA INDIVIDUAL

A terapia individual remota contemplou servidores de todo o país. O Sindicato arcou com 50% do valor das sessões dos 30 primeiros filiados que solicitaram atendimento até dia 25 de novembro. Não filiados pagaram o valor integral da sessão (R\$130,00). Aline Kras Borges (CRP-DF 01/22146) e Isabel Cristina Silva (CRP-PR 08/27515) integraram equipe de terapeutas desta edição.



### MASSAGEM

Durante todas as quartas-feiras do mês de outubro, os servidores do DF também tiveram a oportunidade de fazer uma massagem relaxante, com a massoterapeuta Rejane Mattos, na sede do Unacon Sindical.



### MEDITAÇÃO

Realizado nos dias 14 e 21 de outubro e 4 de novembro, pelo Zoom, o programa Meditação Plena foi aberto para servidores de todo o país. Livia Stábile apresentou variações de meditação, com técnicas comprovadas cientificamente. O programa também abordou conceitos e recursos de autocompaixão e compaixão.



### YOGA

O Sindicato sorteu um mês de aula de yoga para 15 servidores lotados no DF. As práticas foram realizadas na UBT escalada, com o instrutor de Swásthya Yôga e fundador da Escola VitaBhaya Yôga, Raphael Barros. Os contemplados receberam um kit com um livro de yoga, incenso e um marca página do Respira.

e carinho, visando o bem-estar e o autoconhecimento dos servidores", declarou.

Filiada ao Unacon Sindical, Ana Maria Marques Bezerra parabenizou a iniciativa da entidade. "Não tenho como listar tantos benefícios para a minha saúde mental e física. Gostaria de agradecer pelo curso de meditação, pelas massagens e também pelo workshop de Culinária Sensitiva. Foi um dia feliz e leve. Inesquecível. Um mergulho em lembranças afetivas valiosas por meio da experiência gastronômica. Que venham mais eventos em 2023 que nos proporcionem momentos felizes e leves." ●

2 0 2 2

Respira

## Eleições, Mudança de Governo e Relações de Trabalho no Serviço Público

Por: Bráulio Santiago Cerqueira<sup>1</sup> e Rudinei Marques<sup>2</sup>

Entre 2019 e 2022 a inflação, medida pelo IPCA, deve alcançar 30%. Nesse intervalo, o governo Bolsonaro concluiu o mandato sem negociar e sem aprovar reposição salarial alguma para os 1,2 milhão de servidores federais civis, um feito inédito desde a redemocratização do país.

A oferta de emprego público federal encolheu<sup>3</sup>. Os concursos praticamente cessaram, contribuindo para a deterioração do mercado de trabalho reformado na direção da informalidade, da intermitência e da desproteção.

O enxugamento da máquina em plena pandemia coincidiu com um processo de degradação de políticas públicas, da saúde (apagão de dados, conflitos federativos) à educação (crise no ENEM, redução de matrículas nas universidades), do meio ambiente (aumento do desmatamento) à cultura, passando pela assistência, trabalho e previdência (volta da insegurança alimentar, filas recordes no INSS).

Hoje a renda por habitante é inferior à de 2010. A regressão econômica constitui o pano de fundo da queda dos salários e da piora na criação/qualidade do emprego, privado e público, potencializadas por uma segunda onda (depois dos anos 1990) de reformas neoliberais.

Mudanças de governo constituem oportunidade de revisão de prioridades. Quando o tema é serviço público, a ênfase recai na reforma administrativa, de contornos ainda indefinidos, mas felizmente distantes dos retrocessos inscritos na PEC 32/2020, agora definitivamente arquivada.

Neste artigo, enfocamos as relações de trabalho no serviço público em suas dimensões negocial, coletiva, e de representação, que também impactam a política remuneratória, a qualificação do servidor, a gestão pública e as próprias entregas do Estado à sociedade.

### TRÊS EIXOS DE APRIMORAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO

A negociação coletiva, o direito de greve, e o aperfeiçoamento da organização sindical, constituem, nos termos da Convenção 151 e da Recomendação 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), eixos fundamentais de aprimoramento das relações de trabalho no setor público. Ratificadas pelo Brasil em 2013, no entanto, as recomendações da OIT prosseguem sem regulamentação, facilitando retrocessos que demandam correção/superação.

## NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SERVIÇO PÚBLICO

Sem previsão legal, mas inspiradas na redemocratização do país, as Mesas Nacionais de Negociação no Governo Federal surgiram nos anos 1990, para se disseminarem na década seguinte. Compostas por governo e sindicatos, as pautas envolviam política salarial, direitos sindicais, seguridade social, reestruturação do serviço público e diretrizes dos planos de carreiras. A lógica do arranjo passava pela expressão do interesse coletivo dos servidores pelos sindicatos, que em contrapartida eram reconhecidos como partes aptas à explicitação de dissensos e convergências na construção de acordos.

As mesas, no entanto, foram esvaziadas na gestão Temer, sendo extintas no governo Bolsonaro. Sem elas, prevaleceu a desorientação e a comunicação truncada via imprensa, com “decisões” apresentadas em um dia para serem desmentidas no outro, como neste ano quando o Governo Federal anunciou sucessivamente reposição salarial exclusiva para uma categoria, depois reposição linear abaixo da inflação para todos, na sequência correção do auxílio alimentação, para ao fim manter congelados salários e benefícios. A inexistência de negociação também favoreceu o aprofundamento de conflitos, a postergação de soluções e o desperdício de energia da Administração e dos servidores.

É urgente o restabelecimento das mesas de negociação. A legislação poderia ajudar. O PLS 397/2015 regulamentou importantes aspectos da negociação coletiva no serviço público, apesar de não estipular data-base nem prazos para conclusão das etapas negociais; mas em 2017, após aprovação no Congresso, foi integralmente vetado pelo Poder Executivo; em 2019 foi re-apresentado no Senado (PL 711/2019), assim como na Câmara (PL 4795/2019), mas sem tramitar. A oportunidade está aí.

## DIREITO DE EXPRESSÃO E DE GREVE

Sob o pretexto de orientar condutas compatíveis com o dever subjetivo de lealdade funcional, a Administração procurou limitar manifestações pessoais de servidores sobre questões políticas e de governo nas redes sociais. Um exemplo foi a Nota Técnica no 1556/2020/CGU/CRG, que considera passível de apuração disciplinar “a divulgação em mídia social de manifestações...de opiniões contrárias aos entendimentos da casa pelo servidor.”

Entendimentos como esse ferem o direito fundamental à liberdade de expressão, além de desconsiderarem que a diversidade de opiniões contribui para o aperfeiçoamento de políticas e instituições. O risco de prejuízo à imagem institucional não justifica a ameaça prévia à manifestação. A boa notícia é que decisão em primeira instância da Justiça suspendeu os efeitos da Nota Técnica<sup>4</sup>, mas apenas após dois anos de assédio institucionalizado.

No que tange ao direito à greve no serviço público, o governo vem utilizando diferentes meios para mitigá-lo. A Instrução Normativa (IN) SGP/SEDGG/ME 54/2021, por exemplo, prevê o desconto imediato dos dias não trabalhados, remetendo para depois, com eventual assinatura de

termo de acordo, a possibilidade de compensação. A mesma Instrução orienta o registro da greve no histórico funcional do servidor, fomentando o clima persecutório.

Ao invés da IN 54, pode-se propor, com amplo debate, legislação em complemento à Lei Geral de Greve (Lei n. 7.783/1989) mais adequada às particularidades do setor público e à preservação do interesse público, sobretudo no que se refere à definição de atividades essenciais e ao contingente mínimo a ser mantido em operação nessas atividades.

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES

A organização sindical esteve, nos últimos anos, sob ataque. A reforma trabalhista de 2017 e a precarização do emprego reduziram em 90% as receitas dos sindicatos dos trabalhadores do setor privado. No setor público, com menor preponderância da terceirização e onde o imposto sindical já não vigorava, a perda de receitas das entidades ocorreu, mas em menor escala, associada à baixa reposição de servidores e à redução dos salários reais.

Se a reforma trabalhista não incidiu diretamente sobre os sindicatos de servidores, outras práticas antissindicalistas se destacaram no período recente, algumas prosperando, outras bloqueadas. Por exemplo, a Medida Provisória n. 873/2019, que tinha por objetivo proibir o desconto em folha da contribuição voluntária sindical e associativa dos servidores, foi arquivada no Congresso, mas o risco prossegue sendo necessário reforçar o princípio da autonomia financeira dos sindicatos. Já a IN n. 2 SGP/MPDG/2018 passou a exigir compensação de ponto dos participantes em atividades sindicais, mesmo dos membros de diretorias, dificultando reuniões, assembleias, audiências etc. Outro exemplo é o Ofício-Circular n. 605/2016-MP, que retirou da folha de pagamentos da União os servidores com liberação para mandato classista, privando-os, inclusive, de contracheque.

\*\*\*

Reverter retrocessos para avançar nos marcos legais da organização do trabalho em geral, e no serviço público em particular como discutimos aqui, não anulam os efeitos do ciclo econômico e de decisões políticas sobre o bem-estar dos trabalhadores, mas ajudam na construção de relações menos assimétricas entre empregador e empregado. ●

1. Mestre em Economia. Auditor Federal de Finanças e Controle. Presidente do UNACON Sindical.
2. Doutor em Filosofia. Auditor Federal de Finanças e Controle. Presidente do FONACATE, presidente da FENAUD, Secretário Executivo do UNACON Sindical.
3. Gasto do governo com servidores cai para menor patamar em 26 anos: congelamento de salários e restrição a concursos públicos reduzem despesa com ativos e inativos, F. de São Paulo, 13 de agosto 2022.
4. “Justiça suspende Nota da CGU que repreendia servidor por opinião”; Metrôpoles, 1 de set. de 2022.

# A Árvore dos Meus Sonhos

Por Dalvina Macedo

Rasguei os meus sonhos e enterrei embaixo de uma árvore.  
Era para eles ficarem ali, mortos e enterrados,  
Mas não foi isso o que aconteceu.  
Os sonhos brotaram, cresceram e se tornaram árvore.  
Uma única árvore...

A árvore dos meus sonhos possuía folhas de cores variadas,  
Vermelhas, laranjas, amarelas, verdes, azuis, anis e violetas.  
A árvore chamava a atenção pelo colorido de arco-íris.  
Ela era um espetáculo...

Quando uma folha caía, dali nascia uma nova árvore,  
Com a mesma característica e a beleza extraordinária.  
E elas foram se multiplicando até formar uma floresta,  
Densa e maravilhosa...

A floresta dos meus sonhos era o sonho realizado.  
Passarinhos faziam ninhos nas copas das árvores  
E a floresta se alegrava com seus cantos e gorjeios  
Que seduzia e encantava...

Pesquisadores de toda parte apareceram para estudar  
O fenômeno das árvores daquela floresta fabulosa,  
Mas ninguém conseguiu desvendar o mistério,  
Que só eu conhecia.

*Obs.: Este poema foi publicado em 2019 no livro Colheita 4  
Celeiro Literário Brasiliense – Leia-me*

**DALVINA MACEDO DE OLIVEIRA SOUZA** é Técnica Federal de Finanças e Controle. Foi premiada com a primeira e a segunda colocações nas edições de 2014 e 2017 do Concurso de Contos do Unacon Sindical, nesta ordem. Licenciada em Letras, começou a escrever contos e poesias em 2011, depois da aposentadoria. É membro da Academia Taguatinguense de Letras, onde ocupa a cadeira nº 10. Atualmente, apresenta o programa "Poesia e Louvor", da rádio Rede Imaculada (94,5 FM), aos domingos, das 13h às 14h.

**ENVIE SEU TRABALHO** - O Unacon Cultural é uma coluna do Informativo Finanças & Controle. O espaço é voltado para a divulgação de contos, poesias, poemas, crônicas e outras produções artísticas dos filiados. Os interessados devem enviar os dados pessoais e o material a ser publicado para o email [comunicacao@unacon.org.br](mailto:comunicacao@unacon.org.br).

## Tudo Novo de Novo

Após dois anos, a tradicional festa de fim de ano voltou ao formato presencial. Realizado no clube da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) no dia 26 de novembro, o evento reuniu servidores ativos e aposentados do Distrito Federal para celebrar, como recomenda o tema da confraternização, "Tudo Novo de Novo".

O jantar dançante teve duração de cinco horas. A música ficou por conta da Banda Suprema, que já se apresentou em edições anteriores do evento.

Confira as fotos do evento no link <https://shre.ink/1Ouz>, ou no QR code ao lado:



## Dia dos Pais

Na manhã do dia 21 de agosto, o Unacon Sindical promoveu uma caminhada no Eixão Norte, em Brasília, em comemoração ao Dia dos Pais, celebrado no dia 14. A concentração foi na sede do Sindicato. Os participantes foram recepcionados com café da manhã e receberam um kit com sacola, squeeze de água e boné. O circuito de 6km começou e terminou na sede do Sindicato. Além de suporte médico e pontos de hidratação durante o percurso, a atividade ofereceu serviços de aferição de pressão e de glicemia e massagem relaxante para os atletas. Também foram sorteadas duas Caixa de Som JBL *flip essential bluetooth* entre os participantes. ●



Confira as fotos do evento no link <https://shre.ink/1ks7>, ou no QR code:



## Reforma Estatutária

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 9 de novembro, na sede do Unacon Sindical, em Brasília, Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle filiados ratificaram, por unanimidade, a reforma estatutária aprovada em 2019. A realização de uma nova votação foi uma exigência feita pelo Ministério do Trabalho e Previdência para validar as mudanças já referendadas pela categoria. ●

## Lançamento

A editora Gestão Pública acaba de lançar duas novas edições dos livros "Gestão de Finanças Públicas – Gestão Orçamentária" e "Gestão de Finanças Públicas – Gestão Fiscal". As obras, de co-autoria do Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC) Paulo Henrique Feijó, estão disponíveis para compra no site <https://www.gestaopublica.com.br>. ●



## Comissão de aprovados

A necessidade de recomposição do quadro de pessoal da Controladoria-Geral da União (CGU), com aproveitamento dos aprovados no último concurso do órgão, pautou reunião com deputado Camilo Capiberibe (PSB-AP), integrante do Núcleo Temático Transparência, Integridade e Con-

trole da equipe de transição. Realizado no dia 6 de dezembro, o encontro contou com a participação do presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, e dos representantes da Comissão de Aprovados, Diogo Brito de Mendonça e Ciro Costa Vieira.

Bráulio destacou que hoje "20% da força de trabalho da CGU está em abono permanência", ou seja, é composta de servidores que já cumprem os requisitos para aposentadoria. Por isso, lembrou, a convocação de mais aprovados é uma oportunidade para recompor a força de trabalho do órgão, que passou 10 anos sem concurso e, que mesmo com a nomeação de 375 novos servidores, ainda atua com déficit significativo de pessoal.

As justificativas e sugestões para viabilizar a convocação foram sintetizadas

em documento preparado pela Comissão de Aprovados e entregue ao deputado. De imediato, a anuência da CGU e do Ministério da Economia bastam para que um excedente 25% das vagas originais para Auditores e Técnicos de Finanças e Controle seja preenchido. Além disso, do ponto de vista legal, pode-se revisar o Decreto que limita a convocação de aprovados a 25% ampliando esse percentual para 50%.

O deputado se sensibilizou com a demanda e se comprometeu a levar a pauta à equipe de transição. "Chamar os concursados aprovados e recompor o quadro de servidores é fortalecer os mecanismos de combate à corrupção e promover a economia de recursos públicos, tão caros à população", afirmou Capiberibe, em post feito nas redes sociais, logo após o encerramento da reunião. ●

## Alerta de Golpe

É hora de manter atenção redobrada. As tentativas de golpes contra servidores públicos têm registrado aumento. Por esta razão, o Unacon Sindical reitera que não faz nenhum tipo de cobrança antecipada referente às ações judiciais. Além disso, reforça que os honorários advocatícios são depositados diretamente na conta jurídica vinculada ao CNPJ do escritório patrono, de forma que não há qualquer cobrança adicional. Fique atento e não responda a contatos via WhatsApp, ligações, emails ou cartas que solicitem pagamentos em troca de qualquer tipo de vantagens. Em caso de dúvida, entre imediatamente em contato com o Setor Jurídico do Unacon Sindical, pelo telefone (61) 2107 5000, opção "2" ●

FINANÇAS & CONTROLE

Presente onde  
o Brasil  
mais precisa

Conheça a campanha  
de valorização dos  
servidores da carreira

Os servidores do Tesouro  
Nacional e da CGU estão  
**PRESENTES ONDE O  
BRASIL MAIS PRECISA.**

UNACON Sindical



No financiamento  
e na fiscalização dos  
recursos do Fundeb



VEJA O VÍDEO DA  
CAMPANHA NO  
QR-CODE AO LADO

**UNACON**  
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS  
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS  
DE FINANÇAS E CONTROLE